

ESTADO E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS DE UMA TERRA ARRASADA

Rosemeire dos Santos¹, Universidade Federal do Tocantins – UFT; Doutora; rosemeire_santos@uft.edu.br (coordenadora)

Rosilene Marques Sobrinho de França², Universidade Federal do Piauí – UFPI; Doutora; rosilenemarquessobrinho@gmail.com

Teresa Cristina Moura Costa³, Universidade Federal do Piauí – UFPI; Doutora; tcmcosta@ufpi.edu.br

RESUMO (da mesa)

A presente mesa se dispõe a debater sobre o papel institucional e social do Estado, seu processo de institucionalização e responsabilidades em afiançar a Proteção Social à indivíduos e famílias sob sua responsabilidade. Diante disso e da compreensão que não há um modelo único de proteção social estatal, traz também as perspectivas e modelos estatais de proteção social, possibilitando analisar as perspectivas e desafios da Proteção Social no estado brasileiro diante dos desfinanciamentos ocasionados pelo estado neoliberal e intensificados pelos últimos quatro anos que além das perspectivas neoliberais somam se o fascismo, conservadorismo e os racismos na gestão do Estado brasileiro, que significa para esse momento organização coletiva e negociações para reorganizar políticas de proteção social, que ainda caminhavam para sua efetivação e que encontram-se arrasadas e sem orçamento para desenvolver serviços e ações de proteção social. A proposta apresenta ainda uma aproximação com as tendências presentes já nos primeiros meses do Governo Lula especificamente no campo da Política de Assistência Social. Para tanto, resgata, inicialmente, alguns elementos presentes nas gestões anteriores do Governo Lula para então apresentar algumas análises do processo em curso no campo da Política de Assistência Social.

Palavras-chave: Estado 1. Proteção Social 2. Política de Assistência Social 3.

ABSTRACT

This table is willing to discuss the institutional and social role of the State, its institutionalization process and responsibilities in guaranteeing Social Protection to individuals and families under its responsibility. Given this and the understanding that there is no single model of state social protection, it also brings perspectives and state models of social protection, making it possible to analyze the perspectives and challenges of Social Protection in the Brazilian state in the face of the lack of funding caused by the

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté - UNITAU, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, professora da graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT, líder do Grupo de Pesquisa em Proteção Social e Famílias – GEPSSFAM/UFT, membra pesquisadora do Núcleo de Seguridade Social e Assistência Social da Pontifícia Universidade de São Paulo – NEPSAS/PUC-SP e compõe a Rede de Pesquisa de Família e Política Social – REFAPS/UFSC, rosemeire_santos@uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7172-4151>

² Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/Piauí/Brasil. Mestre e doutora em políticas públicas (UFPI); graduada em Serviço Social, Direito e História; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (GEDIPO); pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa sobre Questão Social e Serviço Social. Coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Direitos e Políticas Públicas (NUSDIPP). Membro da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Áreas de interesse de pesquisa: políticas públicas, assistência social, direitos, encarceramento, violência, família e gerações. E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7238-7051>.

³ Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFPE). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas e do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



neoliberal state and intensified by the last four years that, in addition to neoliberal perspectives, fascism, conservatism and racism in the management of the Brazilian State, which means for this moment collective organization and negotiations to reorganize social protection policies, which were still walking towards their effectiveness and which are now devastated and without budget to develop social protection services and actions. . The table also presents an approximation with the trends already present in the first months of the Lula Government specifically in the field of Social Assistance Policy. To do so, it rescues, initially, some elements present in the previous administrations of the Lula Government and then presents some analyzes of the ongoing process in the field of Social Assistance Policy.

Keywords: State 1. Social Protection 2. Social Assistance Policy 3.

PROMOÇÃO



APOIO



A RETOMADA DEMOCRÁTICA NO BRASIL: perspectivas e desafios

Rosilene Marques Sobrinho de França⁴

RESUMO

O artigo objetiva analisar os desafios que perpassam a retomada democrática no Brasil, frente ao contexto de medidas regressivas configurado a partir da adoção do receituário ultraneoliberal e conservador, que engendrou retrocessos na garantia de direitos e nos espaços de participação e nas políticas públicas. A metodologia consistiu em estudo bibliográfico e documental, com análises de autores que abordam a temática, a exemplo de Dias; Tosi (2017); Levitsky; Ziblatt (2018); Mogilka (2020); O'Donnell; Schmitter (1986); Poulantzas (1977); Soares (2001); Sader (2017); Scheidt; Araújo (2020) e de documentos produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Presidência da República, relativos aos 100 dias do governo Lula. Os resultados mostraram que a retomada democrática perpassa o fortalecimento dos espaços de participação e o rompimento das travas impostas pela Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), no que se refere aos recursos para as políticas públicas, bem como o fortalecimento da classe trabalhadora, considerando que o contexto ultraneoliberal e conservador vivenciado nos governos Temer e Bolsonaro aprofundou as desigualdades e contradições engendradas na ordem societária do capital, com consequências nefastas frente ao atrelamento da ação do Estado aos interesses do capital financeiro, reafirmando a superexploração do trabalho e a dependência na ordem interna e internacional.

Palavras-chave: Estado; Democracia; Direitos.

ABSTRACT: The article aims to analyze the challenges that permeate the democratic recovery in Brazil, in the face of the context of regressive measures configured from the adoption of ultraneoliberal and conservative prescriptions, which engendered setbacks in the guarantee of rights, in spaces of participation and in public policies. The methodology consisted of a bibliographical and documental study, with analyzes of authors who approach the theme, such as Dias; Tosi (2017); Levitsky; Ziblatt (2018); Mogilka (2020); O'Donnell; Schmitter (1986); Poulantzas (1977); Soares (2001); Sader (2017); Scheidt; Araújo (2020) and documents produced by the Inter-Union Department

⁴ Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/Piauí/Brasil. Mestre e doutora em políticas públicas (UFPI); graduada em Serviço Social, Direito e História; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (GEDIPO); pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa sobre Questão Social e Serviço Social. Coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Direitos e Políticas Públicas (NUSDIPP). Membro da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Áreas de interesse de pesquisa: políticas públicas, assistência social, direitos, encarceramento, violência, família e gerações. E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7238-7051>.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE) and by the Presidency of the Republic relating to the 100 days of the Lula government. The results showed that the democratic resumption permeates the strengthening of spaces for participation and the breaking of the obstacles imposed by Constitutional Amendment nº 95 (expenses cap), with regard to resources for public policies, as well as the strengthening of the working class, considering that the ultraneoliberal and conservative context experienced in the Temer and Bolsonaro governments deepened the inequalities and contradictions engendered in the societal order of capital, with disastrous consequences in view of the linkage of State action to the interests of financial capital, reaffirming the overexploitation of work and dependence on internal and international order.

Keywords: State; Democracy; Rights.

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado “A retomada democrática no Brasil: perspectivas e desafios”, objetiva analisar o cenário de medidas regressivas configurado a partir da adoção do receituário ultraneoliberal e conservador, que engendrou retrocessos na garantia de direitos, nos espaços de participação e nas políticas públicas.

No território latino-americano foram produzidas profundas desigualdades e contradições, com significativos desdobramentos na democracia e na cidadania, a partir de relações que se estabeleceram na ordem interna e internacional que promoveram a ampliação das estruturas de desigualdades, com a permanência de explorações e opressões histórica e socialmente construídas (SADER, 2017).

Na América Latina, países como Brasil, Uruguai, Chile e Argentina vivenciaram longo período de ditadura, sendo que no pós-redemocratização foram fortemente afetados pela reestruturação produtiva do capital e pelas contrarreformas do Estado, notadamente no âmbito da proteção social.

Apesar dos avanços alcançados ancorados em suas respectivas constituições a partir dos anos 1980, de modo geral, os países latino-americanos foram significativamente afetados pelo projeto neoliberal, reafirmando as perspectivas privatistas, familistas, elitistas e conservadoras que regeram a ação do Estado, com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a acumulação de riqueza pelos grandes conglomerados nacionais e transnacionais (SADER, 2017).

Considerando as bases de atuação do governo Lula em 2023, no presente trabalho buscou-se analisar as perspectivas e desafios da retomada democrática no Brasil, considerando os desdobramentos nefastos produzidos a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016. A metodologia consistiu em estudo bibliográfico e documental, com análises de autores que abordam a temática, a exemplo de Dias; Tosi (2017); Levitsky; Ziblatt (2018); Mogilka (2020); O'Donnell; Schmitter (1986); Poulantzas (1977); Soares (2001); Sader (2017); Scheidt; Araújo (2020), e de documentos produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Presidência da República em 2023, relativos aos 100 dias do governo Lula.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira analisa o cenário de regressão de direitos em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil; e, a segunda, discute as perspectivas e desafios da retomada democrática considerando as particularidades que ora se apresentam.

Os resultados mostraram que a retomada democrática perpassa o fortalecimento dos espaços de participação e o rompimento das travas impostas pela Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), no que se refere aos recursos para as políticas públicas, bem como o fortalecimento da classe trabalhadora, considerando que o contexto ultraneoliberal e conservador vivenciado nos governos Temer e Bolsonaro aprofundou as desigualdades e contradições engendradas na ordem societária do capital, com consequências nefastas frente ao atrelamento da ação do Estado aos interesses do capital financeiro, reafirmando a superexploração do trabalho e a dependência na ordem interna e internacional, com amplos desdobramentos na democracia e na cidadania.

1 O CENÁRIO DE REGRESSÃO DE DIREITOS EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A ordem societária do capital está centrada na exploração do trabalho e na apropriação da mais-valia (MARX, 2008), sendo que na realidade dos países latino-americanos as expropriações, as opressões e a superexploração do trabalho têm engendrado profundas desigualdades.

Os países que compõem a América Latina foram alvo da dominação europeia, cujos tentáculos engendraram o colonialismo, o escravismo e o genocídio dos povos originários, acolhendo na ordem societária do capital estruturas de desigualdades ancoradas no racismo, no patriarcado, no classismo, no sexismo e na misoginia.

De modo geral, a democracia é compreendida como uma forma de governo na qual a soberania é exercida pelo povo (O'DONNELL; SCHMITTER, 1986). Nesse sentido, para que se possa “conceituar um sistema como democrático, o poder deve pertencer, de direito e de fato, à totalidade das pessoas que constituem uma dada sociedade” (ABDALLA, 2017, p. 22).

A América Latina se caracteriza por ser uma região com múltiplas diversidades e heterogeneidades, e, de modo geral, desde o início do século XX, os países têm adotado modelos ancorados no autoritarismo, como forma de manutenção dos interesses das frações de classe no poder (POULANTZAS, 1977). Nos anos de 1960 e 1970, vivenciou-se golpes de Estado, com a instauração de ditaduras civis-militares, tendo como base o *anticomunismo*, com profundos antagonismos (SCHEIDT; ARAUJO, 2020).

Com a crise capitalista dos anos 1970, a reestruturação produtiva do capital impôs aos países da América Latina projetos políticos e econômicos atrelados aos interesses do capital financeiro e aos grandes grupos transnacionais e uma dura repressão contra os movimentos sociais (SCHEIDT; ARAUJO, 2020; SANTOS; BAQUERO, 2007).

Nos anos 1990, as diretrizes do Consenso de Washington passaram a preconizar ajustes fiscais para os países da América Latina, a exemplo do Brasil, quando o projeto neoliberal foi adotado, com privatizações e medidas regressivas de direitos (SOARES, 2001). Nesse sentido, os ajustes neoliberais tiveram como base:

PROMOÇÃO



APOIO





a) a retração da ação do Estado na esfera econômica e na oferta de políticas públicas; b) apropriação do fundo público e criação de novos nichos de mercado; c) abertura ao capital financeiro aos grandes conglomerados nacionais e transnacionais; d) contrarreforma do Estado e flexibilização das relações trabalhistas (ANTUNES, 2016; COSTA; CARVALHO, 2019).

O Chile foi o laboratório do neoliberalismo na América Latina, que posteriormente foi experienciado, dentre outros, na Bolívia, na Argentina, na Venezuela e no Brasil, sendo que no Chile e na Argentina, a ofensiva neoliberal impôs mais precocemente a derrota dos partidos de esquerda e dos movimentos de frente popular (COSTA; CARVALHO, 2019).

Note-se que no caso brasileiro, o avanço neoliberal tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas não sem resistência da sociedade civil por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo Itamar, “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas (...) precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (OLIVEIRA, 1995, p.26). E progrediu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e para perplexidade e frustração de muitos (e o alívio de outros poucos) prosseguiu em alguns de seus aspectos essenciais nas políticas econômicas adotadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e aprofundando-se desmesuradamente durante o governo (COSTA; CARVALHO, 2019, p. 144).

As reformas neoliberais na América Latina e no Brasil promoveram a construção de um cenário de medidas regressivas de direitos com aumento da pobreza, da extrema pobreza e das desigualdades sociais, crescimento dos déficits públicos, redução de salários, precarização das relações trabalhistas, elevação dos índices de desemprego, regressão das políticas públicas, ampliação da informalidade e o enfraquecimento da ação dos sindicatos (COSTA; CARVALHO, 2019).

No Brasil os governos de Lula e Dilma, após 2003 desenvolveram políticas que deram uma maior ênfase ao social e, assim, adotaram políticas econômicas heterodoxas (COSTA; CARVALHO, 2019), com programas de transferência de renda visando reduzir a pobreza e a extrema pobreza.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com o golpe jurídico-parlamentar de 2016 no Brasil tem-se um cenário de medidas regressivas, com cortes orçamentários nas políticas públicas e retração de direitos, sobretudo, a partir da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, gerando um cenário de desmonte dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora (DIAS; TOSI, 2017).

Ao longo da última década, os governos progressistas entraram em crise e alguns foram derrotados eleitoralmente (Argentina em 2015, Chile em 2017 e Uruguai em 2019) ou derrubados por novos tipos de golpes de Estados (Paraguai em 2012, Brasil em 2016 e Bolívia em 2019), concomitantes com a nova onda de direita que vem assolando a América Latina nos anos recentes. A ofensiva das direitas visa retomar as diretrizes neoliberais, atacar fortemente os direitos trabalhistas e sociais, além de colocar em risco as próprias democracias na região. Os golpes de Estado de novo tipo e o acirramento do autoritarismo e de medidas repressoras contra a população vêm sendo cada vez mais frequentes. Em meio a esse processo, as esquerdas e os movimentos sociais ensaiam reações desde o ano passado, como o retorno da centro-esquerda ao governo da Argentina (SCHEIDT; ARAUJO, 2020, p. 4).

No referido contexto, tem-se a ascensão da extrema direita, que retomou a ortodoxia neoliberal, com pautas conservadoras, negacionismo da ciência, discursos de ódio e medidas regressivas de direitos (MOGILKA, 2020; RIBEIRO, 2020). Durante o governo Bolsonaro, ocorreu o recrudescimento da repressão, a adoção da política armamentista e a defesa da Escola sem Partido, com cortes orçamentários nas políticas públicas, desmonte da participação social e o atrelamento aos interesses do agronegócio, com a liberação de licenças ambientais e desmonte do aparato protetivo às reservas indígenas, além do crescimento do desmatamento da Amazônia. No âmbito das relações internacionais, ocorreu o alinhamento com países Europeus e latino-americanos que naquele momento encontravam-se com governos de extrema direita, inclusive, ensejando o enfraquecimento do Mercosul (MOGILKA, 2020).

O governo Bolsonaro resulta do equilíbrio tenso entre quatro forças: neoliberais, evangélicos, fascistas ideológicos (olavistas) e militares. A militarização do governo é extensa, com grande quantidade de militares nos 1º, 2º e 3º escalões. Isto ocorre para tentar impedir a sua queda: “para impedir a usurpação do poder”, nas palavras do próprio Bolsonaro. Aliás, a militarização do Estado e da sociedade civil é uma das características do poder fascista. Este tipo de poder vive em constante conflito e se alimenta dele. Isto serve como cortina de fumaça para nublar suas dificuldades de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



governar e sua falta de projeto de país. Enfrentamentos com o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal) têm este intento, e têm fortalecido o congresso e produzido um parlamentarismo branco, diminuindo a força do poder executivo (MOGILKA, 2020, p. 467).

De modo que o governo Bolsonaro apresentou significativos ataques à democracia e à cidadania, diante das medidas regressivas, dos discursos de ódio e da perspectiva ultraneoliberal, negacionista e conservadora (MOGILKA, 2020), afetando diretamente segmentos e grupos sociais historicamente subalternizados, a exemplo da população LGBTQIA+, mulheres, pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, dentre outros.

2 A RETOMADA DEMOCRÁTICA NO BRASIL: perspectivas e desafios

A atuação da extrema direita no Brasil produziu um cenário regressivo de direitos, e, sobretudo, significativas fraturas na institucionalidade democrática, cujos enfrentamentos remete a um conjunto de desafios que perpassa não somente o campo político, mas, principalmente, as políticas públicas. No referido contexto, compreende-se que seja fundamental o rompimento das travas impostas pela Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), com a garantia de recursos orçamentários para a proteção social, considerando que importantes direitos dos trabalhadores foram retirados nos governos Temer e Bolsonaro (DIEESE, 2023).

Sabidamente, o fim do teto de gastos é condição indispensável para qualquer projeto de retomada do crescimento e de melhoria de vida da população brasileira. O congelamento de gastos sociais por 20 anos, em termos reais, aprovado ao final de 2016, além de inusitado em qualquer parte do mundo, anula as possibilidades de retomada de crescimento econômico e social. Não surpreende que esse teto de gastos tenha sido ultrapassado nos últimos anos, especialmente para financiar as medidas de combate emergencial aos efeitos econômicos da pandemia de covid-19. A nova regra fiscal, apresentada em 30 de março, prevê que os gastos do governo não podem ter crescimento acima de 70% do crescimento da receita, limitado a 2,5% do PIB, mais uma trava para o aumento dos gastos públicos, o que significa que qualquer aumento de despesas depende diretamente do aumento da arrecadação. A proposta estabelece também metas de superávit primário: a ideia é que o governo tenha déficit primário zero, em 2024; superávit de 0,5%

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do PIB, em 2025; e de 1%, em 2026. A variação tolerável para essas metas seria de 0,25 ponto percentual, para mais ou para menos (DIEESE, 2023, p. 3-4).

Apesar das discussões relativas ao novo marco de regras fiscais para o governo federal (PLP 93/2023), é importante destacar que este não toca nos gastos destinados a dívida pública e os juros decorrentes. Nesse sentido, é importante destacar que as “despesas com pagamento do serviço da dívida interna, em 12 meses, até fevereiro de 2023, chegaram a R\$ 660 bilhões” sendo que apenas no primeiro bimestre do referido ano, “os gastos com juros da dívida interna acumularam R\$ 116 bilhões, mais do que o dobro despendido no mesmo período de 2022 (R\$ 47 bilhões)” (DIEESE, 2023, p. 5).

Por outro lado, os desafios da retomada democrática se apresentam, sobretudo, diante do desmonte da estrutura estatal e do aparato protetivo, considerando que existem atualmente,

[...] nove milhões de desempregados, quatro milhões de desalentados, cinco milhões de subocupados por insuficiência de horas, 35 milhões de trabalhadores sem proteção social e sem perspectiva de ter renda/aposentadoria na velhice, 10 milhões de pessoas morando em áreas de risco, 100 milhões sem coleta de esgoto, déficit de seis milhões de moradias e de cinco milhões de vagas em creches. O novo Bolsa Família inclui 20 milhões de famílias, cerca de 55 milhões de brasileiros, o que demonstra a magnitude da crise social do país, onde 25% da população depende de auxílio governamental para poder se alimentar, situação que revela a urgência da retomada do crescimento econômico e do emprego (DIEESE, 2023, p. 2).

A crise estrutural do capital e a pandemia Covid-19 produziram cenários catastróficos no Brasil, frente às desigualdades históricas, às fragilidades do sistema protetivo e à atuação de um (des)governo ancorado no negacionismo da ciência e em discursos de ódio, sendo que a retomada da democracia perpassa, o resgate de uma institucionalidade ancorada na participação e no exercício de direitos, além do crescimento econômico e dos investimentos nas políticas públicas.

Nesse sentido, considerando as principais ações do governo Lula realizadas até maio/2023 cabe algumas perspectivas e desafios elencados a seguir.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No que se refere ao combate à fome, apesar das ações de enfrentamento da insegurança alimentar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da retomada do Bolsa Família no valor mínimo de R\$ 600 e do “adicional de R\$ 150 para cada criança de 0 a 6 anos na composição familiar” (BRASIL, 2023, s/p), e, embora este, em março/2023 tenha realizado uma cobertura a mais de 21,1 milhões de famílias nos 5.570 municípios brasileiros, compreende-se que é importante a ampliação da cobertura, considerando que as ações ainda são incipientes para fazer frente ao elevado contingente de pessoas em situação de pobreza, de extrema pobreza e com precário ou nulo acesso a renda (BRASIL, 2023).

Quanto às ações na área da política de saúde, é importante salientar que a implementação do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, a retomada do Mais Médicos para o Brasil e o Movimento Nacional pela Vacinação têm promovido importantes aportes para o atendimento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, é preciso que haja o fortalecimento do SUS como um todo, tanto no âmbito da proteção básica quanto especial, inclusive no campo da saúde mental, com redirecionamento de recursos para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (BRASIL, 2023).

Em relação às ações no âmbito da política de habitação, o Programa Minha Casa, Minha Vida apresenta importantes contribuições para a aquisição de moradias por pessoas de baixa renda, contudo, cabe destacar que o *déficit* habitacional que afeta as pessoas em situação de vulnerabilidade apresenta uma demanda reprimida diante do conjunto de medidas regressivas adotadas desde 2016 (BRASIL, 2023). Em relação à infraestrutura, compreende-se que as obras de infraestrutura são fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas e a garantia das condições necessárias ao desenvolvimento do país (BRASIL, 2023).

Considerando as ações desenvolvidas na área da educação, o reajuste nas bolsas de estudo, pesquisa e formação de professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação representa um importante passo no sentido do fortalecimento do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ensino, da pesquisa e da extensão, contudo, compreende-se que é fundamental a ampliação dos aportes de recursos para que seja assegurado o acesso, a permanência e sucesso de estudantes nas diversas modalidades de ensino (BRASIL, 2023).

Quanto à segurança, é preciso que sejam asseguradas ações articuladas às políticas de proteção social, de forma a ultrapassar o campo meramente repressivo que tem sido efetivado a partir de processos de encarceramento em massa da população pobre, negra e periférica, tendo em vista o fortalecimento de um Estado social ancorado na garantia de direitos (BRASIL, 2023).

No que se refere ao meio ambiente, um dos maiores desafios da atualidade é enfrentamento do desmatamento da Amazônia e de outros biomas, que tem provocado mudanças climáticas, de forma a desenvolver um conjunto de ações voltadas para uma economia verde e sustentável (BRASIL, 2023).

Por sua vez, o genocídio dos povos indígenas no Brasil é um tema urgente neste processo de retomada democrática, sendo que apesar da importância da atuação do Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das populações em território Yanomami e da decretação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde, é fundamental a proteção aos direitos dos povos indígenas a partir da garantia de seus territórios e do enfrentamento das violências que os afetam na atualidade (BRASIL, 2023).

O Combate ao racismo ganhou importante impulso com a aprovação da Lei nº 14.532/2023, que equiparou a injúria racial ao crime de racismo e do decreto que estabelece a reserva de 30% de cargos de confiança para pessoas negras em cargos em comissão e funções de confiança da administração federal, no entanto, considerando que o racismo é estrutural, é preciso que sejam realizados investimentos nas diversas políticas públicas, de forma a assegurar a transversalidade de raça/etnia e o enfrentamento das estruturas de desigualdades histórica e socialmente construídas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Por outro lado, a igualdade de gênero precisa ser adotada como referencial para as políticas públicas com o desenvolvimento de ações voltadas para a garantia dos direitos das mulheres e o acesso a educação, a saúde, a assistência social, a trabalho e renda, a esporte, cultura e lazer, com ações de enfrentamento do patriarcado e do machismo, que engendram violências, muitas vezes letal (BRASIL, 2023).

De modo que a retomada democrática requer a adoção de ações voltadas para a superação do autoritarismo (ONUJI, 2023) e o fortalecimento da classe trabalhadora, com o enfrentamento das desigualdades, a exemplo do classismo, do racismo, do patriarcado, do sexismo e da misoginia, bem como dos paradigmas subalternizantes que afetam a América Latina como um todo, tendo como base uma perspectiva dialógica, participativa e crítica.

3 CONCLUSÃO

Os resultados mostraram que a retomada democrática perpassa o fortalecimento dos espaços de participação e o rompimento das travas impostas pela Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), no que se refere aos recursos para as políticas públicas, bem como o fortalecimento da classe trabalhadora, considerando que o contexto ultraneoliberal e conservador vivenciado nos governos Temer e Bolsonaro aprofundou as desigualdades e contradições engendradas na ordem societária do capital, com consequências nefastas frente ao atrelamento da ação do Estado aos interesses do capital financeiro, reafirmando a superexploração do trabalho e a dependência na ordem interna e internacional, com amplos desdobramentos na democracia e na cidadania.

O estudo mostrou que a retomada democrática no Brasil apresenta significativos desafios, considerando o cenário de medidas regressivas e o receituário ultraneoliberal e conservador, que engendraram retrocessos e desmontes dos espaços de participação e das políticas públicas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A reestruturação produtiva do capital apresentou consequências nefastas para os países da América Latina com o atrelamento aos interesses do capital financeiro e dos países centrais, reafirmando a dependência e a subalternização na ordem internacional. referido contexto aprofundou as desigualdades e contradições engendradas na ordem societária do capital, com amplos desdobramentos na democracia e na cidadania.

De modo que a retomada democrática no Brasil apresenta desafios que apontam para a importância do fortalecimento das políticas públicas com a garantia dos direitos dos diversos segmentos e grupos sociais, a exemplo de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, população negra e LGBTQIA+. Para além dos aportes nas políticas públicas é fundamental que sejam fortalecidos os espaços de participação, com o incremento da democracia participativa, por meio de conselhos, fóruns, conferências e demais mecanismos criados a partir da democratização do país.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. A democracia no capitalismo. In: SOUZA, Robson Sávio Reis, PENZIM, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco (Organizadores). **Democracia em crise: o Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017 (Coleção Cadernos temáticos do NESP; 7), p. 19-43.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez Editora, 2016, pp 243-262.

BRASIL, Presidência da República. 100 Dias. **Em 100 dias, 250 realizações que já mudaram os rumos do Brasil**, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/em-100-dias-250-realizacoes-que-ja-mudaram-os-rumos-do-brasil#:~:text=Em%20100%20dias%2C%20250%20realiza%C3%A7%C3%B5es%20que%20j%C3%A1%20mudaram%20os%20rumos%20do%20Brasil,-Lista%20de%20iniciativas&text=Em%20100%20dias%2C%20um%20novo,vez%20%20Mapa%20da%20Fome>. Acesso em 15 de julho de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

COSTA; Jales Dantas da.; CARVALHO, Wolney de. Considerações acerca do Neoliberalismo e do Progressismo na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.13, nº 2, 2019.

DIAS, Adelaide Alve; TOSI, Giuseppe. Desafios e perspectivas da democracia na América Latina em tempos sombrios. In: DIAS, Adelaide Alve; TOSI, Giuseppe (Orgs.). **Desafios e perspectivas da democracia na América Latina**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017, 374p, (Coleção Direitos Humanos), p. 9-28.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim de Conjuntura**, número 38, abril/maio de 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 270 p.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, Vol 2. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOGILKA, Mauricio. Ascensão da extrema-direita e reconstrução do campo progressista no Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 4, p. 463-474, jul./dez. 2020.

O'DONNELL, G; SCHMITTER, P. C. **Autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1986.

ONUJI, Janina. A retomada da integração regional à luz da liderança internacional do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 136, janeiro/fevereiro/março, 2023, p. 103-112.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RIBEIRO, Túlio Jésus. **Fragilização democrática na América Latina**: os impactos no combate a COVID-19. PUC Minas. Curso de Relações Internacionais, 2020. Disponível em <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2020/05/07/fragilizacao-democratica-na-america-latina-os-impactos-no-combate-a-covid-19/>. Acesso em 16 de junho de 2023.

SADER. Emir. Prefácio. In: DIAS, Adelaide Alve; TOSI, Giuseppe (Orgs.). **Desafios e perspectivas da democracia na América Latina**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017, 374p, (Coleção Direitos Humanos), p. 7-8.

SANTOS, Everton. BAQUERO, Marcello. Democracia e capital social na América Latina: uma análise comparativa. **Revista de Sociologia e Política nº 28**, p. 221-234, jun. 2007. Disponível em

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/TDbxnrNWJWL4PHwKP4C7KVP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de junho de 2023.

SCHEIDT, Eduardo; ARAÚJO, Rafael. Apresentação do Dossiê: Estado, democracia e movimentos sociais na América Latina contemporânea. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, nº 28, p. 1-11, Jan./Jul., 2020.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PROMOÇÃO



APOIO



Proteção Social: qu' est-ce que c'est?⁵

Rosemeire dos Santos⁶

RESUMO

O presente texto, se dispõe a apresentar reflexões acerca do significado da Proteção Social, compreendendo que não há um único modelo de sistema de proteção social, e ainda entendendo que o sistema de proteção social brasileiro, proposto na constituinte de 1988 não garante condições de sobrevivência e tão pouco de cidadania para com seus. Nesse sentido que, as linhas reflexivas aqui construídas são frutos de reflexões teóricas e levantamento bibliográfico da autora que se debruça desde sua tese doutoral sobre o tema, na busca de compreender o significado institucional e social da proteção social e sua efetiva presença na vida de indivíduos e famílias, principalmente no estado brasileiro.

Palavras-chave: Proteção Social 1; Modelos de Proteção Social 2. Estado Brasileiro 3.

ABSTRACT

The present text intends to present reflections about the meaning of Social Protection, understanding that there is not a single model of social protection system, and also understanding that the Brazilian social protection system, proposed in the 1988 constituent does not guarantee survival conditions and so little citizenship towards his own. In this sense, the reflexive lines built here are the result of theoretical reflections and bibliographical survey of the author who focuses since her doctoral thesis on the subject, in the search to understand the institutional and social meaning of social protection and its effective presence in the lives of individuals and families, mainly in the Brazilian state.

Keywords: Social Protection 1; Social Protection Models 2. Brazilian State 3

1 INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado tem como proposta trazer a reflexão sobre algumas concepções de Proteção Social, compreendendo que as formas e os sistemas de

⁵ Proteção Social: o que é?

⁶ Graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté - UNITAU, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, professora da graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT, líder do Grupo de Pesquisa em Proteção Social e Famílias – GEPSSFAM/UFT, membra pesquisadora do Núcleo de Seguridade Social e Assistência Social da Pontifícia Universidade de São Paulo – NEPSAS/PUC-SP e compõe a Rede de Pesquisa de Família e Política Social – REFAPS/UFSC, rosemeire_santos@uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7172-4151>

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Proteção Social são necessidades reais de toda e qualquer sociedade, independente do modo de produção inserido, todavia, a necessidade por sistemas de proteção social, para minimizar as desigualdades de sobrevivência se intensificam no modo de produção capitalista, com a divisão de classes sociais. Os sistemas de Proteção Social, são compostos por uma diversidade de políticas sociais, que depende inclusive da direção política e dos interesses econômicos do estado.

Há sociedades em que seu sistema de proteção social é universal, independente de contribuição prévia e sem seletividade de acessos, outros que são universais, mas diante das demandas, criam-se critérios de acessibilidade que acabam por vezes não cumprindo o papel de universalidade e de garantia de proteção social a todos/as os seus cidadãos.

Sob a lógica neoliberal conservadora, que individualiza os processos coletivos e intensificam a responsabilidade aos indivíduos e famílias em contraponto aos sistemas universais, existem também os sistemas de proteção social ocupacionais, que se vinculam ao mundo do trabalho e que exigem as contribuições prévias para o acesso de bens e serviços ofertados pelo sistema de proteção.

Um sistema de proteção social não exclui o outro há também os sistemas de proteção social mistos, que de acordo com SILVA, 2010; p. 71 é a “[...] combinação do sistema ocupacional com o universal [...]” em que podem ser predominante o sistema ocupacional ou o universal. E assim, se constitui vários modelos e propostas de sistemas de proteção social, à exemplo, o sistema de proteção social brasileiro, que se reduz às políticas de Seguridade Social, composto pelas políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social, prevalecendo políticas universais, todavia, são seletivas, pois não atende a demanda de forma universal e equitativa em todo o território brasileiro.

Nessa perspectiva que o trabalho exposto, se constrói a partir da metodologia da revisão de literatura e da experiência da pesquisadora que vem desenvolvendo grupos de estudos e pesquisas sobre o tema, assim como se dedicou no seu processo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de doutoramento a tecer algumas considerações sobre proteção social às famílias e indivíduos a partir do desenvolvimento do trabalho social com famílias.

2 Reflexões no campo da Proteção Social

Ao se propor nessas linhas reflexivas a discussão sobre o que significa Proteção Social e ainda o posicionamento hegemônico do Serviço Social, enquanto categoria profissional, inserida na divisão social e técnica do trabalho como uma das profissões que elabora, planeja e executa políticas sociais de Proteção Social, se faz necessário a reafirmação de que o tema é de longe inédito, conforme afirma Pereira, (2013; p. 14):

Já nos primórdios da humanidade a produção, acumulação e distribuição de bens materiais constituíam uma atividade movida por necessidade e pelo objetivo humano básico de criar reservas protetoras para frente de situações de carências pessoais e coletivas.

Isso significa que independente da concepção ideopolítica e organizativa de uma sociedade, quer seja funcionalista, socialdemocrata ou socialista “[...] não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum tipo de proteção social” (Di Giovanni 1998; p. 8). No Estado capitalista a proteção social se coloca como uma forma de prevenir ou aliviar a privação material para a sobrevivência de grande parcela das famílias e indivíduos que vendem sua força de trabalho e é nesse limiar que se coloca a contradição nas políticas de proteção social, que ao tempo que busca atender as necessidades dos indivíduos e famílias que compõe a classe trabalhadora, serve também como controle dessa população por parte do Estado e seus financiadores, ou seja, a imposição da autocracia burguesa é presente o onerante no planejamento e na gestão das políticas de proteção social.

Seguindo a compreensão de que Proteção Social é de toda e qualquer sociedade e que ainda versa sobre as condições de vida e sobrevivência dos indivíduos e famílias, sem distinção de classe, raça, gênero e etnia, que compreende-se a Proteção Social como um conjunto de providências, que podem ser serviços ou benefícios materiais ou monetários, para atender as necessidades e incertezas da vida.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Todavia, as raízes históricas da proteção social, principalmente nesse espaço contraditório de garantias de sobrevivência, mas também de controle abre possibilidades e brechas para que as ações tenham inspiração na piedade cristã, ou seja se assentam na “[...] beneficência, filantropia e assistência privadas como virtudes altruísticas ou deveres morais de ajuda voluntária e solidária aos desvalidos” (Pereira, 2013; p. 14).

Nesse sentido que, é possível afirmar que a proteção social pode ocorrer tanto no âmbito privado, bem como no público, o que significa afirmar que o espaço privado o lugar doméstico e/ou familiar e o público os locais de externalização das condições e capacidades protetivas familiares, todavia, para que ocorra a Proteção Social privada, há a necessidade que as condições de Proteção Social ofertadas no âmbito externo garantam efetivamente condições de proteção e cidadania à indivíduos e famílias.

Todavia, cabe lembrar que as primeiras manifestações de proteção social no âmbito público, não foram desenvolvidas sob a responsabilidade do Estado, à frente estavam os grupos que assentavam a beneficência, a solidariedade mútua, a caridade, a benevolência, entre outros termos que reforçam a caridade moral cristã, da qual desenvolviam as ações as instituições filantrópicas e religiosas. Todavia, as ações passam a ser responsabilidade do Estado, principalmente no período pós-segunda guerra mundial, cujos acordos internacionais se mediam ao projeto desenvolvimentista de reorganização da ordem do capital mundial (Santos, 2017).

Diante da perspectiva e compreensão histórica, possibilita a afirmação que a proteção social se assenta como estratégias para a manutenção da vida da classe trabalhadora e que são oriundas da luta reivindicatória da classe trabalhadora, e no processo contraditório, assumidas pelo estado como forma de regular e estabelecer a ordem capitalista, que por meio de benefícios e serviços, estimulam o consumo e as condições materiais de sobrevivência, o que fortalece o mercado e a produção de mercadorias.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sob essa ótica, assegura que os sistemas de proteção social têm em sua origem a emergência as necessidades humanas, tanto no que tange ao estabelecimento da ordem do capital, bem como na prevenção, redução e/ou diminuição de riscos a indivíduos ou grupos sociais.

No processo de externalização da proteção social com responsabilidades estatais, na perspectiva da sociabilidade burguesa, descaracteriza a lógica de direito social, caracterizando como ações sociais de solidariedade entre classes, como ações à indivíduos e famílias incapazes de prover a proteção social no âmbito privado. Todavia no processo de responsabilização do estado, a proteção social, passa a ser associada a obrigatoriedade jurídica e legal, todavia, as concepções liberais que se institui a lógica do seguro social, dando a ideia de minimizar a insegurança da classe trabalhadora, principalmente os vinculados a lógica do trabalho assalariado, resultando na formação das corporações de mutualidades e associações entre os trabalhadores e empregadores com regulação do Estado.

Por isso reafirma-se a que proteção social é pauta tanto para os estados da social democracia como para os liberais conservadores, que em conjunturas de políticas econômicas de recessões apresentam como estratégias o exercício da proteção social às famílias e indivíduos distinguindo-os entre “beneficiários e assistidos” (Sposati, 1988, p. 314), aqueles que pela via do trabalho acessam políticas sociais contributivas, logo são os beneficiários e os que não acessam via o trabalho, dependem da política distributiva ou universal são “assistidas” e ainda são julgadas e condicionadas a buscarem autonomia e emancipação pela via do trabalho, e ainda para os “assistidos” são colocadas condicionalidades e acompanhamento manualescos para uma equipe de trabalhadores que se reconhecem enquanto técnicos de uma política social, para praticarem ações familistas e punitivas..

Na perspectiva do acesso ao “direito à proteção social” advinda do trabalho, constitui-se o que Santos (1979) conceitua de cidadania regulada, em que o Estado passa a reconhecer como cidadão de direitos protetivos, somente indivíduos e famílias vinculados ao trabalho formalizado, ou seja, com os acessos aos seguros

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociais disponíveis para a classe trabalhadora com o trabalho formal, essa é a lógica do Estado burguês e ainda sob os desígnios da meritocracia e do esforço individual.

É necessário pensar em estratégias de superação da lógica mercadológica instaurada nos sistemas de proteção social na sociedade capitalista, e pensar em estratégias de manutenção e implementação de políticas de proteção social universais garantindo preservação da vida e da dignidade humana, ou seja, um Estado que reconheça as necessidades humanas e sociais da sua população e afiance serviços, benefícios de proteção respeitando os valores humanos, democráticos e universais.

2.1 Proteção Social brasileira: os limites da Seguridade Social

A proteção social brasileira que consta-se na Constituição Federal de 1988 tem a lógica do “[...] seguro social incorporado a um sistema mais amplo, que, somado ao seguro, atendia inclusive a não trabalhadores, denominado seguridade social (PEREIRA, 2013, p.16), reafirmando a tese de Silva, 2010 de um sistema de proteção social misto, que se constituiu pelas políticas sociais de Previdência Social, Saúde e Assistência Social, sendo duas delas (Saúde e Assistência Social) não contributivas diretas e uma (Previdência Social) contributiva direta, em que seus benefícios e serviços só são acessados aos contribuintes diretos da previdência social.

A seguridade social, garantida constitucionalmente é um grande marco para a sociedade brasileira e tem sua importância, no reconhecimento da luta e dos movimentos sociais, para a garantia dos preceitos e artigos constitucionais, que afiançam a o direito legal, todavia, não somente no interior do Serviço Social brasileiro, como em outras áreas do saber, estudiosos apontam que o tripé constitucional de políticas de seguridade social brasileira, é insuficiente para garantias de segurança e proteção social à vida da classe trabalhadora. Isso significa que os serviços, benefícios e ações estabelecidas nas políticas sociais em voga, não são suficientes para garantir as necessidades reais dos indivíduos e famílias brasileiras.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Há a ausência de garantias básicas à população brasileira que invalidam o trabalho das políticas de assistência social, de saúde e de previdência social, há exemplo, a ausência das políticas de habitação, educação, saneamento básico, entre outras, que precisam ser vistas como políticas protetivas e de acessos universais para efetivação e garantias de condições de sobrevivência e cidadania.

Quando se afirma que a ausência de políticas sociais, no conjunto de políticas da seguridade social e que invalidam ações das políticas atuais de seguridade social brasileira, se assenta na ideia, por exemplo, na ausência de acesso à política de educação, em que parcela da população brasileira é considerada analfabeta ou alfabeto funcional, que não possuem condições sequer de ler ou compreender uma orientação dada em uma receita médica, ou quando compreende as condições precárias de moradia, por ausência de uma política universal de habitação e saneamento básico, não há como prevenir ou atacar o foco da doença.

Outra característica da invalidação protetiva das políticas é quando na política de assistência social prevê a prevenção de situações de riscos e quebra de vínculos, e os indivíduos e famílias, que vivem em territórios extremamente violentos e sem nenhuma condição de proteção à vida, a iniciar pelo próprio estado com a violência policial, vista cotidianamente nos jornais, contra a população preta, pobre e periférica do país.

A ausência de um estado democrático de direito no Brasil, que se assenta no seu processo de formação sócio-histórica, com as marcas do patriarcado, do machismo, do sexismo e do conservadorismo da autocracia burguesa, são intensificados com a lógica neoliberal, que temem que a efetivação de políticas universais e a efetiva democracia afetem e comprometam o mercado e o desenvolvimento capitalista, e com isso, as políticas sociais de proteção social se colocam na lógica do alinhamento institucional entre Estado, Mercado e Sociedade, com ações e benefícios aos indivíduos e famílias em situações mais extremas de vulnerabilidades, e que não conseguem por sim e pela lógica do mercado garantirem sua proteção social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A limitação da efetivação da proteção social brasileira se instala no momento em que se coloca a lógica como apresentada por ESPING-ANDERSEN (2000) na tríade, Estado, Mercado e Família, em que no momento em que há ausência de oferta pelo Estado de atenções protetivas, isso está sob o alcance dos indivíduos e famílias pela via do mercado, em que serviços protetivos são mercadorias, o que coloca o acesso somente às famílias que possuem condições de comprar os serviços protetivos via mercado.

E os serviços e benefícios quando ofertados pelo Estado, ficam caracterizados como ações, serviços e benefícios voltados aos incapazes de garantir proteção social a si e sua família, e neste sentido, se assentam na lógica da caridade e da benemerência.

Outro ponto a se destacar no impasse da implementação das políticas de seguridade social, se coloca na condição dos trabalhadores, que executam as políticas sociais, que deveriam ser agentes públicos, efetivos e concursados, serem representantes legais do Estado brasileiro, e que hoje são contratados por Organizações Sociais (OS), que realizam convênios com o poder público para executarem os serviços protetivos, e ainda quando realizam chamadas públicas para a contratação individual de trabalhadores/as por meio da “pejotização” de trabalhadores/as, que transformam em pessoas jurídicas para desenvolverem trabalhos como autônomos, quando na realidade são trabalhadores de política sociais.

E esses trabalhadores/as por sua vez, não se reconhecem como trabalhadores, e sim como técnicos, desqualificando profissionais em sua maioria com formação em ensino superior, o que remonta uma prática tecnicista, comanda por uma ordem exterior para realização de um procedimento formatado e enrijecido, uma técnica específica e dominada, o que remete ao tecnicismo, que é uma prática pertinente das sociedades conservadoras, autoritárias e liberais, pois atuam no aperfeiçoamento da ordem social vigente, em que articula o sistema produtivo, com a ideologia conservadora e emprega no objetivo de mudança do comportamento de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

indivíduos e famílias, para não questionarem a autocracia burguesa imposta, e não pouco possam propor ou reivindicar mudanças sociais, o que prejudica a efetivação das seguranças sociais e conseqüentemente à proteção social.

3 CONCLUSÃO

As linhas reflexivas ora apresentada, se dedicou a transpor algumas considerações no campo da proteção social, compreendendo como uma necessidade humana e em qualquer organização societária, dispor ainda de algumas considerações dos limites da seguridade social brasileira como modelo de proteção social.

Destarte, é possível afirmar que as considerações aqui apresentadas se dão no campo contraditório da legalidade constitucional e dos impasses societários para real efetivação política e protetiva das políticas de seguridade social, desde a ausência de outras políticas sociais para compor e efetivar condições protetivas e de cidadania à sujeitos/as e famílias em solo brasileiro, como as próprias limitações das políticas já estabelecidas como de seguridade social, corre se aqui o risco de afirmar que a proteção social decorre de iniciativas pontuais e desorganizadas, decorrentes da vontade política governamental.

A direção política governamental é ponto fundante para o direcionamento das políticas sociais, pois dentro de um estado democrático de direito, se assenta o direito de organização coletiva e de negociação, o que é inviável em um governo autoritário, que inviabiliza inclusive a autonomia dos trabalhadores/as desenvolver suas atribuições precípuas de proteção social como a de escutar indivíduos e famílias de forma democrática e sob o prisma da ética e da autonomia humana, para assim planejar atenções coletivamente, entre trabalhadores/as e os sujeitos envolvidos nas políticas protetivas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

CFESS. **CARTA DE MACEIÓ SEGURIDADE SOCIAL PÚBLICA: É POSSÍVEL!** Maceió, 2000.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.), **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

Marx, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **O que é Marxismo** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos 148).

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Brasília: UNB, 2013 (Tese de Doutorado).

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Proteção Social Contemporânea: cui prodest? In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out. / dez., 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: **A Política Social na ordem Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Rosemeire. DAL BELLO, Marília Gonçalves (Org.). **Família que vive do trabalho e proteção social**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

SANTOS, Rosemeire. Política social e famílias: a difícil arte da superação da autoimagem familiar. Revista **EM PAUTA** (RIO DE JANEIRO), v. 16, p. 34-48, 2018.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da Seguridade Social Brasileira**: Entre a política pública e o mercado. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social na América latina em contexto da globalização. Pré-Conferência Brasileira realizada pelo **CBCISS** – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais e pela Faculdade de Serviço Social da UFRJ, entre 9 e 11 de abril de 2008.

_____. **Vida Urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out. /dez., 2013.

WIESE, Michelly Laurita; SANTOS, Rosemeire; ALVES, Alan Loiola Proteção Social, Política Social e Família: entrevista com a professora Dra. Regina Célia Tamasso Miotto. In: **Revista Humanidades e Inovação** v. 8 n. 39 (2021): Proteção Social em Tempos de Crise.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFLEXÕES SOBRE A DIREÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO LULA: uma análise a partir das ações nos primeiros meses de governo

Teresa Cristina Moura Costa⁷

RESUMO

O presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre as tendências identificadas nos primeiros meses do Governo Lula no âmbito da Política de Assistência Social. Para tanto, retoma a análise dos direcionamentos do governo na primeira década dos anos 2.000, para avançar na análise das perspectivas ensejadas no atual contexto. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa fundada no materialismo histórico e como procedimentos de pesquisa a revisão de literatura e a pesquisa documental. Percebeu-se que existe uma tendência a reeditar as ações realizadas nas primeiras gestões do governo Lula que têm sido engessada dados os limites postos pelo mercado para o atendimento às necessidades sociais.

Palavras-chave: Social-liberalismo; Política de Assistência Social; Governo Lula.

ABSTRACT

The present work presents some reflections on the trends identified in the first months of the Lula Government within the scope of the Social Assistance Policy. To this end, it resumes the analysis of government directions in the first decade of the 2000s, to advance in the analysis of the perspectives given in the current context. The study used a qualitative approach based on historical materialism and the literature review and documentary research as research procedures. It was noticed that there is a tendency to re-edit the actions carried out in the first administrations of the Lula government that have been plastered due to the limits set by the market to meet social needs.

Keywords: Social-liberalism; Social Assistance Policy; Lula's Government..

1 INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, o mundo vivenciou a pandemia da COVID 19 que trouxe muitas perdas e permitiu a visualização em escala mundial das expressões da questão social geradas pelas desigualdades inerentes ao modo de produção

⁷ Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFPE). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas e do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



capitalista, ao mesmo tempo a forma como o capital e o Estado burguês se voltam para o atendimento às necessidades sociais. Na realidade brasileira, não foi diferente e pôde-se assistir ao desnudamento das contradições decorrentes da apropriação desigual da riqueza socialmente construída, mas que ganham contornos particulares com o avanço do neoliberalismo, enquanto projeto econômico, político e social que vem moldando a forma de ser da sociedade em que o Estado assume funções mínimas no atendimento às necessidades da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, individualiza e responsabiliza os indivíduos pelo seu bem estar.

A despeito das investidas do governo Bolsonaro no processo de reeleição, com forte uso das *fake news*, o governo Luís Inácio Lula da Silva é eleito democraticamente com o apoio de uma ampla frente que articulou forças do campo progressistas e aliança com setores conservadoras e de direita, para enfrentamento ao governo vigente. Já na sua plataforma de campanha, trouxe o lema “Vamos juntos pelo Brasil” e as “Diretrizes do Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil”, que resgata em vários trechos os compromissos com o social e, principalmente, com as elites econômicas. Tal plataforma foi capaz de recompor uma base aliada e culminou na eleição do atual presidente para o mandato de 2024 a 2027.

Entre as forças do campo progressista, o alento pela derrota do Bolsonaro e, ao mesmo tempo, a ciência de que seria difícil recompor e avançar em muitas pautas exigidas pela sociedade, principalmente pelo avanço do ultraneoliberalismo e conservadorismo no interior da sociedade e da própria orientação estatal. As contradições postas ao novo governo se fazem presentes já no processo de transição, momento em que o orçamento público do ano subsequente é discutido e, com ele, as prioridades para as políticas públicas, entre as quais está a Política de Assistência Social.

Assim, o presente artigo tem como objetivo identificar as tendências presentes já nos primeiros meses do Governo Lula especificamente no campo da Política de Assistência Social. Para tanto, resgata, inicialmente, as tendências que foram

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



predominantes nas gestões anteriores do Governo Lula para então apresentar alguns elementos em curso no campo da Política de Assistência Social. O estudo utilizou o materialismo histórico na compreensão dos fenômenos em uma perspectiva de totalidade e contradições. Como procedimentos metodológicos realizou-se a revisão de literatura com escolha intencional de autores que utilizam a perspectiva de crítica de política social e a análise documental, particularmente dos decretos recentes do Governo Federal.

Parte-se do pressuposto é de que o governo Lula vem tentando reeditar algumas das ações/políticas que foram determinantes para o sucesso do seu governo na primeira década dos anos 2.000, mas que encontra limites tanto no que se refere ao atual momento de acumulação capitalista como também pelo avanço do ultraneoliberalismo e conservadorismo fortalecido pelo Governo Bolsonaro.

2 OS DIRECIONAMENTOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS PRIMEIRAS GESTÕES DO GOVERNO LULA

A literatura crítica da área tem consensuado que é no governo Lula que acontece uma mudança de curso da Política de Assistência Social, por avançar na estruturação e implementação do Sistema Único de Assistência Social e, pela expansão dos Programas de Transferência de Renda. Retomamos aqui alguns argumentos construídos e apresentados em outros trabalhos que expressam esse avanço e nos permitem compreender as direções dadas na atual conjuntura.

Utiliza-se, para fins de análise, a subdivisão das ações desenvolvidas na política social em dois períodos, realizadas por Fagnani (2011), quais sejam: “Mudança ou continuidade (2003-2005)?” e “Ensaio Desenvolvimentistas (2006-2010)”. Para o autor, no primeiro período, a estratégia do governo ficou indefinida, haja vista que conviveu com a tensão entre o Estado Mínimo, defendida, sobretudo na área econômica e a dívida com os movimentos sociais. Aqui, a ortodoxia liberal já iniciada nos anos 90, prevaleceu e pôde ser evidenciada

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

no aumento da inflação, da taxa de juros, do risco Brasil, a redução das reservas internacionais, a negatividade das transações correntes associada à elevação da dívida externa e a dívida líquida do setor público, além da reduzida taxa de crescimento econômico (FAGNANI, 2011 apud COSTA, 2017)

As medidas de austeridade fiscal foram necessárias para alterar a desconfiança em um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, ainda que tenha se articulado com as bases conservadoras. Já na área social, políticas focalizadas e seletivas que tomaram como base a definição de pobreza já adotados pelo Banco Mundial.

O Programa fome Zero consistiu na principal ação de governo e teve como objetivo canalizar as ações já desenvolvidas nos ministérios, no combate à fome, além de atuar na implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sem qualquer articulação e diálogo com a Política de Assistência Social, ainda que tenha sido problematizada por profissionais da área (PAIVA; LOBATO, 2011). Nesse esforço, ainda em outubro de 2003, o Programa Fome Zero foi substituído pelo Programa Bolsa Família que unificou dos demais programas de transferência de renda vigentes.

Outro avanço foi a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e a formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), em que foram definidas as bases para o novo modelo de gestão da política de Assistência Social, com significativos avanços no que se refere “[...] ao marco teórico, à estrutura organizativa e aos mecanismos de gerenciamento e controle” (BREVILHERI; PASTOR, 2013, p.353). O Ministério da Assistência Social, passou a ser chamado de Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela Política de Segurança Alimentar, a Política de Assistência Social e a Política de Transferência de Renda (FAGNANI, 2011). Na análise de Silva (2012, p. 180), é um retrocesso tanto pela identificação com as históricas práticas

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



assistencialistas, como pela ênfase na fome e por situá-la em uma condição de externalidade ao desenvolvimento social.

O segundo período destacado por Fagnani (2011) para a política social no Governo Lula foi de 2006 a 2010, e corresponde ao que o autor chamou de “Ensaio desenvolvimentistas”, marcado pela ampliação do gasto social e da intervenção estatal na regulação da economia. A preocupação do governo esteve voltada na proteção ao mercado brasileiro da crise financeira internacional de 2008 e, ao mesmo tempo ao crescimento decorrente do aumento do PIB, à melhoria na arrecadação das contas públicas e ao declínio da dívida líquida do setor público (FAGNANI, 2011).

É nesse contexto que o governo passa a incorporar o discurso ideológico do “Novo desenvolvimentismo”, que tem como fundamento central a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social e, ainda “[...] novo padrão brasileiro de inserção na economia mundanizada, em meio à atual crise estrutural do capitalismo flexível” Castro (2013, p. 363).

Dessa forma, a estratégia utilizada será a implementação de políticas sociais compensatórias, com medidas de cunho administrativo, como a focalização dos orçamentos públicos nos segmentos mais pobres da população, principalmente nas e adoção de sistemas de avaliação das políticas sociais (CASTELO, 2012). A partir de então as políticas sociais teriam o seu desempenho avaliado pela:

[...] 1) expansão produtiva do beneficiário; 2) expansão do grau de utilização dessa capacidade, ou seja, dada a oportunidade, o beneficiário tem que se esforçar para garantir seu ingresso de renda; 3) satisfação das necessidades elementares para o ser humano (CASTELO, 2012, p. 58)

Cabe ressaltar que um elemento fundamental para a implementação da política foi a perspectiva de “concertação social”, adotada pelo governo e que reuniu lideranças de segmentos que abririam mão dos seus interesses, em prol das soluções para os problemas do país. Para Maranhão (2012), as ações estão embasadas na concepção social-liberal que está fundamentada nas ideias do economista Amartya Sen (2000), em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, onde retoma as ideias

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



do liberalismo clássico fundadas na perspectiva de que a satisfação dos interesses pessoais deve se dar no âmbito do mercado, mas que isso só será possível com a formulação e implementação de políticas sociais focalizadas que oportunizem o acesso a oportunidades que confirmem renda aos cidadãos.

A orientação parte dos organismos multilaterais e penetram no universo das políticas sociais, particularmente do SUAS que passa a ofertar programas projetos e serviços com sob a égide do desenvolvimento do capital humano de ativação para o trabalho, estímulo ao empreendedorismo e “empoderamento”.

A década finda com a forte expansão do Programa Bolsa Família, que entre e no processo de estruturação e implementação do Sistema Único de Assistência Social, serviços sociassistenciais nos níveis de Proteção Social Básica (PSB), e de Proteção Social Especial (PSE), de média complexidade e de alta, o que impôs a necessidade de criação de equipamentos públicos, organização de equipes profissionais em todo o território nacional para o desenvolvimento do trabalho com famílias.

A estruturação e expansão da rede constitui um avanço para a área marcada historicamente marcada pela pontualidade programática e oferta de ações pelas organizações não governamentais. Por outro lado, o investimento na implantação e estruturação dos serviços não foi o foco central do governo, mas os Programas de Transferência de Renda que tiveram uma centralidade (MOTA, 2008).

O Governo Dilma dará continuidade a tendência focalizadora das políticas sociais e de estímulo a ativação, em particular com o Plano Brasil Sem Miséria em seus três eixos: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. No geral os serviços do SUAS focalizaram na busca ativa da população extremamente pobre e inserção no Programa Bolsa Família, nos serviços e em programas de inclusão produtiva urbana e rural (COSTA, 2017). Apesar de reeleita, o país irá vivenciar avanço da crise e a reorganização das forças conservadoras que exigiam o ajuste fiscal mais rígido, a redução dos investimentos sociais e a reorganização das bases para acumulação sem precedentes.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A partir de 2016, fica evidente o avanço da crise do capital, com a dificuldade dos governos petistas de continuarem a assegurar o pacto de classes que garantiu a governabilidade dos mandatos dos governos do PT, ao mesmo tempo a manutenção da política neodesenvolvimentista que buscou compatibilizar desenvolvimento econômico com o social.

O fim desse pacto vai sendo forjado pelas elites conservadoras que adentram as instâncias do legislativo e utilizam os aparelhos de comunicação em torno da derrubada do que chamam de “esquerda”, culminando na saída da presidenta Dilma Rousseff, a ascensão de Michel Temer e posteriormente de a eleição de Jair Bolsonaro. Esses governos impuseram uma agenda regressiva no campo dos direitos sociais, às quais se expressaram na Emenda Constitucional 95, a Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária.

Mais que isso, o Governo de Jair Bolsonaro assumiu uma postura negacionista frente à pandemia da COVID-19, e de desprezo junto à exposição da classe trabalhadora ao vírus e a demora em emitir respostas rápidas a população. As respostas e maiores atenções vieram dos estados e municípios.

Na realidade, o impacto da incorporação do Estado brasileiro ao ideário ultraliberal na implementação do Sistema Único de Assistência Social pôde ser visualizado pelo “desfinanciamento, desestruturação das instâncias de gestão, desrespeito às instâncias de pactuação e controle social do SUAS, reforço às ações filantrópicas, das organizações da sociedade civil, desprofissionalização, entre outros” (FRANÇA; SANTOS; COSTA, 2021, p.29). É nesse terreno minado que o governo eleito irá trabalhar na perspectiva de “reconstrução”.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE “RECONSTRUÇÃO DO BRASIL”

A eleição do governo Lula trouxe grandes esperanças, mas também acena com limites postos pelo Estado burguês e na herança dos governos reacionários. Na análise do DIEESE (2023, p.1)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O governo recebeu uma economia programada para não crescer, travada desde o governo de Michel Temer, como no caso da Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), aprovada rapidamente, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. As ações de retirada de direitos dos trabalhadores e de desmonte da estrutura estatal, incontáveis no período Temer, foram aprofundadas na gestão de Jair Bolsonaro, que ficou responsável, inclusive, pela independência do Banco Central, obstáculo decisivo no conjunto de dificuldades enfrentado pelo governo Lula.

Mesmo assim, os Sistemas Públicos de Saúde e de Assistência Social foram fundamentais na atenção das necessidades sociais, sobretudo no contexto pandêmico. Ainda que com tantos desmontes e desfinanciamento, o Censo SUAS 2022 informa ainda a existência de 8.557 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2022) e o Censo SUAS 2021 apresenta 2.782 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e 235 Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centro POP), para citar as principais portas de entrada do SUAS (BRASIL, 2021a; 2021b), .

Em termos de capacidade instalada no âmbito do contingente de trabalhadores, destacamos o estudo do IPEA que analisa a partir do Censo SUAS 2011 a 2017 com o total de trabalhadores nos equipamentos públicos da rede governamental e não governamental, passou de 77.376, em 2011, para 118.798 em 2017, uma expansão de 53,4% (JANUZZI *et al*, 2023).

No que se refere a atenção a essas demandas e tendências recentes no campo da Política de Assistência Social, as iniciativas expressas nas ações governamentais nos primeiros meses de governo nos permitem inferir o governo vem tentando retomar as ações das gestões anteriores.

As expressões da questão social exacerbadas em demandas da população se expandem e se agravam pela negação dos direitos sociais e herança deixada pelos governos neoliberais e é agravada nos governos reacionários de Temer e Bolsonaro. Sobre esse aspecto o DIEESE (2023, p. 1-2) destaca que atualmente “[...] são nove milhões de desempregados, quatro milhões de desalentados, cinco milhões

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de subocupados por insuficiência de horas, 35 milhões de trabalhadores sem proteção social e sem perspectiva de ter renda/aposentadoria na velhice [...]”.

A dificuldade em enfrentar essas questões também parecem distantes frente ao contexto de crise econômica, dificuldade de retomar o crescimento dos empregos estáveis e, ao mesmo tempo, o momento que o capitalismo contemporâneo e o nível de desenvolvimento das forças produtivas.

No campo do trabalho, Antunes (2018) destaca a “nova morfologia do trabalho” inclui agora um conjunto os trabalhadores que compõem “[...] novo proletariado de serviços” (ANTUNES, 2018, p. 27) que tem, na concepção do autor, na instabilidade e insegurança suas principais características. Trata-se de trabalhadores que, não encontram espaço no mercado de trabalho formal dados os efeitos que o processo de reestruturação produtiva, os avanços no campo da microeletrônica e a expansão de novas formas de exploração da força de trabalho pelo próprio capital.

É o caso dos trabalhadores que estão no campo do trabalho mediado pelos aplicativos e que não se limitam aos que se encontram nos serviços de entrega, mas às várias áreas e profissões que passam a ser contratados, informalmente para os serviços e ações específicas e pontuais, nas quais o trabalhador se responsabiliza pelos instrumentos, e autoproteção. Nessas modalidades não existe cobertura por acidentes de trabalho, horários definidos ou quaisquer direitos sociais (ANTUNES, 2018).

Por outro lado, esse conjunto de trabalhadores acabam também com salários e ganhos precarizados, sem acesso à previdência social e, por vezes, o grande foco da dos Programas de Transferência de Renda. Além disso, o próprio trabalhador inserido no mercado formal, também tem engrossado as filas para ingresso nos programas de Transferência de Renda na modalidade de bolsa ou auxílio, tendo em vista a incapacidade do rendimento de garantir a reprodução da força de trabalho e do seu núcleo familiar. Boschetti (2016) ao analisar a relação entre expansão da assistência social e a reprodução da força de trabalho nos países capitalistas centrais e periféricos afirma que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

[...] a relação entre assistência social e trabalho é entranhada por uma tensão insolúvel na sociabilidade capitalista. Em contexto de agudização da crise do capital e de redução do “Estado social” universal, a assistência social participa mais ativamente do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais na condição de política subsidiária nos regimes de proteção social, mas na condição de política central de garantia de um recurso monetário mínimo necessário ao consumo e à reprodução da força de trabalho. (BOSCHETTI, 2016, p.171)

Na atualidade, os dados apresentados pelo Dieese no acesso ao Novo Bolsa Família, “[...] inclui 20 milhões de famílias, cerca de 55 milhões de brasileiros, o que demonstra a magnitude da crise social do país, onde 25% da população depende de auxílio governamental para poder se alimentar [...]” (DIEESE, 2023, p.1- 2).

Compreende-se que essa retomada e fortalecimento do PBF, expressa a centralidade nos programas de transferência de renda condicionada, presentes nas gestões anteriores. O destaque nesse processo é para a Medida Provisória nº 1.155 de 1º de janeiro de 2023 que garante o pagamento de R\$ 600,00 para as famílias beneficiárias do Auxílio Brasil até março de 2023 (BRASIL, 2023a) e a Medida Provisória nº 1.164 de 02 de março de 2023 que recria o Programa Bolsa Família e assegura além do benefício básico R\$ 600,00 para as famílias do com renda per capita de até R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais), o valor adicional, a partir de junho de: R\$ 150,00 para as famílias com crianças na faixa etária de até seis anos; R\$ 50,00 para cada integrante da famílias na idade entre 7 e 18 anos incompletos; e gestantes (BRASIL, 2023b).

Como regra de transição, chamado “Novo Bolsa Família”, estabelece ainda uma “Regra de Proteção” que passou a ser vigente em junho de 2023 que considera que a família que tiver sua renda per capita ampliada até o limite de meio salário-mínimo poderá permanecer até dois anos no Programa, recebendo 50% do valor do benefício (BRASIL, 2023b).

Sem dúvida, tratam-se de importantes medidas no atendimento às necessidades básicas da classe trabalhadora, ao tempo em que amplia o escopo do para atender as demandas de reprodução da força de trabalho com a ampliação do valor do benefício. Por outro lado, compreende-se também o viés ultraliberal que impõe

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



condicionalidades para acesso aos benefícios. Sobre esse aspecto, concorda-se com Carlotto e Stechi (2019, p. 268), quando afirma que

A estratégia das condicionalidades obedece a uma lógica punitiva, incorporando a ideia de que o beneficiário se torna um devedor da sociedade. Neste sentido, o diálogo fica comprometido no sentido de um debate na perspectiva do direito, reforçando uma cultura de meritocracia, na qual a população sempre terá que justificar seu merecimento para poder acessar um direito (CARLOTO; STECHI, 2019, p. 268).

Assim, retomada das condicionalidades acena para o reforço da meritocracia ao tempo em que impõem limites para acesso ao benefício que dependem bem mais da oferta de serviços públicos e não da própria família (CARLOTO; STECHI, 2019).

No campo do engessamento, destaca-se o próprio investimento nos gastos públicos que estão condicionados aos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95 que congela o orçamento público, ainda vigente. Por outro lado, embora o governo assuma a fala de “incluir o pobre no orçamento”, a proposta do “Novo Arcabouço Fiscal” continua a manter o teto de gastos e deixa sem nenhum controle os gastos com a dívida pública, sob o discurso de que é preciso guardar dinheiro para pagar a dívida pública, sob o discurso de que é preciso guardar dinheiro para pagar a dívida pública, sob o discurso de que é preciso guardar dinheiro para pagar a dívida pública (FATORELLI, 2023; SALVADOR, 2023). A única diferença é que de que na Emenda Constitucional nº 95 os tetos se limitavam com as despesas primárias do ano anterior atualizado pelo IPCA, agora há a possibilidade de um acréscimo de 0,6%, podendo chegar até 2,5% desde que o governo cumpra as metas de resultado primário (estrutura do estado e investimentos sociais (FATORELLI, 2023; SALVADOR, 2023).

No que se refere à organização e gestão administrativa, o governo instituiu o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome com sete Secretaria Nacionais. Nos chama a atenção a retomada das políticas de ativação presentes na era neodesenvolvimentista, com a permanência da Secretaria de Inclusão Socioeconômica no escopo desse Ministério, o que expressa uma retomada das políticas de ativação para o trabalho.

Um grande recuo que expressa o avanço do conservadorismo na organização do Ministério foi a criação do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas, vinculado à Secretaria Executiva, que incorpora uma compreensão equivocada e colide

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



com a concepção no trato à questão da dependência química defendida pelos setores progressistas no campo da saúde mental.

Enfim, a despeito da retomada das ações da era “neodesenvolvimentista”, como a política social expressa as contradições da sociedade capitalista, compreendemos que o atual momento do processo de acumulação impõe limites objetivos para a execução da PNAS e do Sistema Único de Assistência Social, principalmente no âmbito dos serviços socioassistenciais.

Sobre esse aspecto, Salvador (2023) afirma que no orçamento da Assistência Social estão previstos 09 (nove) programas, sendo que os principais são a inclusão social por meio do Programa Bolsa Família e o outro a proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social sendo que este último ficou com apenas 5% do conjunto, quando já alcançou no momento de sua criação, em torno de 8%. Compreende-se que mesmo no cenário de tentativa de recomposição dos recursos e retomada dos investimentos públicos no SUAS, o cenário ainda é desafiador frente o crescimento das demandas exponenciadas pela questão social e, a dívida histórica de investimento na oferta dos serviços socioassistenciais de qualidade.

4. CONCLUSÃO

No campo das políticas de proteção social, os avanços construídos e regulamentados na Constituição Federal de 1988, nas leis orgânicas específicas das políticas setoriais públicas, na organização, gestão e implementação dos sistemas públicos ao longo desses quase 35 (trinta e cinco) anos em que se afirma e tensiona o Estado Democrático de Direito, foram sendo minados pelas recorrentes contrarreformas ensejadas pelo Estado neoliberal.

A perspectiva de retomada dos investimentos sociais nos moldes da primeira década dos anos 2.000 pelo então governo esbarra no conjunto de medidas regressivas que vinham sendo implementadas para classe trabalhadora e, que tiveram seu ápice nos governos ultraliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Por outro lado, a crise do capital desencadeada nos anos 70 e todo o processo de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



reorganização para retomar as taxas de lucro têm sido determinantes no processo de orientação dos Estados Nação na adoção de políticas de austeridade fiscal que desconsideram e/ou minimizam as necessidades sociais decorrentes do próprio acirramento da questão social.

Assim, mesmo com a eleição de um governo que guarda uma identidade com a classe trabalhadora, o Estado é burguês e vem sendo disputado pelas diferentes frações de classe. Dessa forma, percebe-se que a tentativa de retomada das ações editadas nas gestões anteriores encontra limites na direção do próprio orçamento público e no “Novo Arcabouço Fiscal”. Por outro lado, não podemos desconsiderar o esforço na recomposição dos recursos do SUAS, ampliação dos benefícios no âmbito do Programa Bolsa Família. No entanto, compreende-se que, para além da Assistência Social, outras medidas urgem como a própria retomada da pauta da legislação trabalhista e previdenciária na perspectiva de ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que as questões aqui lançadas não esgotam as análises, são para debate e aprofundamento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Censo SUAS 2021** – Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. 2021a

BRASIL. **Censo SUAS 2021** – Resultados Nacionais, Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. 2021b

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. **Censo SUAS 2021** – Resultados Nacionais, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. 2021c

BRASIL. **Censo SUAS 2022** – Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. 2022.

BRASIL, **Medida Provisória nº 1.164**, de 2 de março de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.164-de-2-de-marco-de-2023-467449434>. Acesso em 20 de junho de 2023. 2023a

BRASIL. Decreto Nº 11.541 de 1º de junho de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.541-de-1-de-junho-de-2023-487536619>. Acesso em 20 de junho de 2023. 2020b

JANNUZI, Paulo; BRONZO, Carla; FERRAREZI, Elisabete; FERREIRA, Lucas Brandão Ulisses. As capacidades estatais, serviços e trabalhadores na Política de Assistência Social no Brasil. In: LOPEZ, Felix G.; JÚNIOR, José Celso Cardoso (orgs.). **Trajetórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985- 2020)**. Brasília: IPEA, 2023. p.503 – 532.

CARLOTO, Cássia Maria; STECHI, Tatiana Oliveira. Entre o direito e o dever: uma reflexão sobre a exigência de condicionalidades no Programa Bolsa Família. In: **O Social em Questão** - Ano XXII - nº 43 - Jan a Abr/2019. P. 257 – 279.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p.613-636, out./dez. 2012.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 17, n. 2, p. 362-366, jul./dez. 2013.

COSTA, Teresa Cristina Moura. **A gestão da Política de Assistência Social no estado do Piauí: uma análise a partir da gestão dos municípios que compõem a Comissão Intergestora Bipartite**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2017, 211 p.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para discussão**. São Paulo: UNICAMP, nº 192, 2011. ISSN 0103-9466.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FATORELLI, Maria Lúcia. **PODCAST - ARCABOUÇO FISCAL OU TETO DE GASTOS?**. Entrevistadores: Herbert Carlos e Reinaldo chagas. [S.l.]: Rádio Peão, 17 de junho de 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/03ktbV4rc3TT2lqcri2MwO>. Acesso em 20 de junho de 2023.

FRANCA, R. M. S.; SANTOS, Rosemeire dos; COSTA, Teresa Cristina M. A Política de Assistência Social no Brasil em tempos de ultraneoliberalismo e conservadorismo In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021, São Luís. **Trabalho alienado, destruição da natureza e crise da hegemonia; consciência de classe e lutas na superação da barbárie**. São Luís: UFMA, 2021. v.1. p.1 – 44

MARANHÃO, C. H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 78-104.

MOTA, A. E. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2.000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). O Mito da assistência Social: Ensaios sobre o Estado, a Política e a Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. p. 133-146.

PAIVA, Ariane Rego de; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. O papel do MDS na institucionalização do Sistema Único de Assistência Social– SUAS. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 157-183, jan./jun. 2011.

SALVADOR, Evilásio. Orçamento e Financiamento das Políticas Públicas: impactos dos ajustes fiscais no SUAS e na Seguridade Social. Brasília: Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. 21 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zQdkNbxffCg&t=13s>. Acesso em 22 de junho de 2023.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como Liberdade. Trad. Laura Teixeira Mota. Revisão Técnica. Ricardo Donnisielli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2.000.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Entre a expansão do capital e a proteção ao trabalho: contradições da assistência social brasileira no governo neodesenvolvimentista / Sheyla Suely de Souza Silva, 2012. 264p Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2012.

PROMOÇÃO



APOIO

